

# **MARX E OS PARTIDOS POLÍTICOS: ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA**

*Rubens Vinícius da Silva*<sup>1</sup>

## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo efetivar uma modesta contribuição à incipiente teoria marxista das organizações e dos partidos políticos. Com base nas definições de organizações burocráticas e autárquicas pretende-se demonstrar, a partir da análise e assimilação dos textos de Marx, como historicamente os partidos políticos foram paulatinamente se tornando formas organizacionais fundadas na relação entre dirigentes e dirigidos, expressando uma força contrarrevolucionária e nociva ao desenvolvimento das organizações autárquicas forjadas na luta proletária por sua autoemancipação.

Num primeiro momento, iremos nos dedicar à apresentação dos conceitos fundamentais para validar nossa argumentação. Aqui realizaremos uma breve descrição acerca das distinções entre as organizações burocráticas e as organizações autárquicas: seus objetivos, processo decisório e critérios de decisão. Será ressaltada a heterogeneidade e as conseqüentes diferenças que perpassam essas formas organizacionais. À guisa de referencial teórico, iremos nos ancorar nas contribuições de Nildo Viana sobre a burocracia e a autarquia como formas organizacionais do capitalismo.

A segunda parte do texto visa analisar como Marx efetivou a luta política no contexto dos partidos políticos de seu tempo. Para tanto, partindo de uma digressão sobre a sociedade capitalista e o processo de burocratização das relações sociais, iremos nos fundamentar em excertos dos escritos de Karl Marx acerca dos partidos e das organizações criadas pela classe proletária em luta. O seguinte itinerário se justifica pela necessidade de demonstrar que no bojo das lutas de classes, o processo de burocratização transformou completamente o caráter desta

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia pelo PPGS-UFG. Militante do Movimento Autogestionário. Contato: [rubensabbath@gmail.com](mailto:rubensabbath@gmail.com)

organização, que passa concretamente a expressar uma perspectiva de classe antagônica àquela originalmente concebida pela classe operária.

Uma leitura mais detida da obra de Karl Marx nos permite assimilar alguns elementos que conduzem ao raciocínio acima colocado. Isso porque partimos do pressuposto segundo o qual os partidos criados pela classe operária surgem como organizações autárquicas (nas quais inexistente a separação entre dirigentes e dirigidos) e com o desenvolvimento do processo de burocratização das relações sociais se transformam em organizações burocráticas (fundadas na separação entre dirigentes e dirigidos, reproduzindo assim a divisão social do trabalho).

A terceira e última parte de nosso trabalho conterà nossas considerações finais, apresentando breves apontamentos acerca da necessidade de constituição das organizações revolucionárias no contexto da burocratização dos partidos políticos. Ou seja, referimo-nos àquelas formas organizacionais que além de não se fundamentarem na presença de um quadro dirigente esboçam concretamente um projeto de superação da sociedade capitalista. A sociedade capitalista é quase totalmente formada pelas organizações burocráticas, o que aponta para a busca pela criação de organizações que combatam radicalmente a burocracia e, ao mesmo tempo, esbocem uma nova sociabilidade, expressando de forma embrionária uma sociedade autogerida.

### **Apresentando conceitos: organizações burocráticas, organizações autárquicas e suas especificidades**

A sociedade moderna é cada vez mais caracterizada pela presença e proliferação de organizações. Esta constatação nos conduz à necessidade de compreender o que são as organizações, suas formas de existência, bem como seus objetivos e relação mais ampla com as demais esferas da vida social. Neste sentido, é possível partir do pressuposto segundo o qual a dinâmica concreta das organizações no capitalismo pode apontar para a reprodução ou então para a transformação social. O modo de produção capitalista tem como um de seus elementos constituintes fundamentais a burocratização das relações sociais, fundada na necessidade cada vez mais crescente de intensificação do controle social, na forma de criação e implantação de organizações burocráticas (VIANA, 2015). Desse modo, a

esmagadora maioria das organizações presentes nesta sociedade é fundada na cisão entre dirigentes e dirigidos, com o objetivo da reprodução social, sendo, portanto, burocráticas (VIANA, 2016).

Mas como definir as organizações? Uma resposta preliminar a esta questão pode ser encontrada em Georges Lapassade, na obra *Grupos, Organizações e Instituições*. No capítulo dedicado às organizações, ele identifica no termo dois significados distintos. O primeiro diz respeito a um ato organizador efetuado no interior das instituições. Já o segundo se refere a realidades sociais. Assim, uma fábrica, um sindicato ou um banco, são entendidos como organizações. Num sentido amplo, as organizações sociais podem ser entendidas como uma coletividade instituída visando objetivos definidos, tais como a produção, a formação dos indivíduos, a distribuição de bens, dentre outros. Na sociedade capitalista, a questão organizacional traz em seu interior o problema da burocracia (LAPASSADE, 1977).

A definição de Lapassade não parte dos indivíduos reais que constituem a organização, pois apenas faz menção a “um ato organizador (sic)” e depois fala em “realidades sociais”. Além disso, limita-se aos objetivos, não levando em conta o caráter da organização (voluntário ou obrigatório), bem como a necessidade de planejamento e um determinado processo decisório que viabilize a concretização dos objetivos propostos. Por fim, embora remeta para a questão da organização como uma discussão oriunda do capitalismo, dá a entender que nessa sociedade não podem coexistir outras organizações, não-burocráticas, o que implica em relações sociais, objetivos e projetos políticos distintos. Nesse sentido, consideramos adequado o uso do termo conforme Viana apresenta no livro *A Questão da Organização Revolucionária*:

Organização é uma associação voluntária de pessoas que formam um grupo que possui finalidade comum e busca atingi-lo através de um planejamento de suas atividades e tomadas de decisão. Assim, uma organização, no sentido aqui utilizado, pressupõe um coletivo, um grupo de pessoas, associadas voluntariamente (e não obrigatoriamente) ou não (no caso de algumas organizações, nas quais os indivíduos são constrangidos a participar sem querer ou por necessidade) que possui um projeto, uma finalidade compartilhada por todos (pelo menos no plano do discurso), que busca concretizar através de um planejamento, o que implica atividades e decisões (...) o caráter voluntário e o compartilhamento de objetivos são maior em pequenas organizações e não-burocráticas, enquanto que nas grandes organizações burocráticas isso é abolido (VIANA, 2014, p. 8-9).

A burocracia pode ser compreendida a partir de duas distinções analíticas: a) como uma classe social<sup>2</sup>; b) como uma forma organizacional. No que diz respeito à primeira delas, a burocracia é a classe que exerce o controle e o processo de tomada de decisões, bem como o planejamento no interior das organizações burocráticas. É uma classe social auxiliar da burguesia. Seu interesse de classe consiste na sua autorreprodução e autovalorização: sua existência está completamente vinculada às instituições que dirige. Isso nos leva à conclusão de que existe uma unidade indissolúvel entre a burocracia enquanto classe social e forma organizacional. Somente no capitalismo surgem as condições históricas para o surgimento de uma classe não-proprietária e assalariada, com a função de especialista no controle social e no poder de mando no seio das organizações fundadas na separação entre dirigentes e dirigidos, manifestando a especificidade histórica da sociedade capitalista. A burocracia é uma forma organizacional fundada na relação entre dirigentes e dirigidos, cujos processos de instituição, legitimação e estruturação ocorrem através de normas escritas. A burocracia é uma forma organizacional caracterizada pela dominação burocrática, principal expressão da *dominação contratual* (forma de dominação hegemônica e predominante na sociedade moderna: fundada no formalismo expresso no contrato de trabalho entre capitalista e proletário, bem como nas leis, regimentos, etc.). Além disso, ela funciona a partir de meios formais de admissão e relações fundadas na hierarquia, onde os membros do quadro dirigente recebem um salário e são possuidores dos meios de administração e do poder decisório: a função da burocracia é o exercício do controle, da dominação. Esse processo é predeterminado pelas necessidades do modo de produção capitalista (VIANA, 2015).

Existem diversos elementos definidores do caráter de uma determinada organização. Os principais dizem respeito aos objetivos, ao processo de tomada de decisões e aos critérios decisórios. A distinção mais geral concerne aos objetivos propostos, sendo que as outras duas se revelam em desdobramentos da primeira. Assim, as organizações podem ser distinguidas em: a) burocráticas (caracterizadas

---

<sup>2</sup> Acerca do caráter de classe da burocracia e sua suposta existência em sociedades classistas anteriores à capitalista, conferir (MOTTA, 1985); (TRAGTENBERG, 2006) e (WEBER, 1999). Sobre a burocracia enquanto classe social específica do capitalismo, ver (VIANA, 2012).

pela presença de um quadro dirigente, o qual exerce o poder na forma de comando e de controle sobre os dirigidos); b) autárquicas (não-burocráticas, onde inexistente a divisão entre dirigentes e dirigidos, uma vez que o processo de tomada de decisões é realizado por todos os membros da organização).

Quanto aos objetivos, num plano mais geral é possível discerni-los em objetivos gerais e específicos. Conforme exposto, no caso das organizações burocráticas o objetivo geral é a reprodução social. Já determinadas organizações autárquicas (as organizações autárquicas autônomas, ou simplesmente organizações revolucionárias) visam à transformação social. Os objetivos específicos se situam num nível mais concreto e variam de acordo com a organização, podendo ser o lucro no caso de uma empresa capitalista, a evangelização em se tratando de uma igreja ou mesmo a revolução, quando nos referimos às organizações revolucionárias (VIANA, 2016).

Contudo, cumpre ressaltar que as organizações burocráticas e autárquicas não são homogêneas, possuindo diferenças e especificidades. Elas podem ser diferenciadas a partir da sua finalidade (quais objetivos e quem os define) e da sua organização interna (relativa ao processo de tomada de decisões no seio da organização). No caso das organizações burocráticas, é possível distingui-las em autônomas e heterônomas: as organizações burocráticas autônomas definem seus próprios objetivos (gerais e específicos) e os meios de alcançá-los. Um exemplo é a empresa capitalista, que define tanto o seu objetivo fundamental (o lucro) quanto os objetivos necessários para concretizá-lo. Já as organizações burocráticas heterônomas não definem seus objetivos. Estes são determinados, em geral, por outra organização burocrática. É o caso de uma universidade estatal, cujos objetivos são predeterminados pelo estado (VIANA, 2016).

A diferenciação relativa à organização interna se relaciona com o processo de tomada de decisões no seu interior. Desta forma, em se tratando das organizações burocráticas, é possível efetuar a separação entre organizações burocráticas autocráticas e democráticas. Nas primeiras, o processo decisório se concentra na mão de um ou mais indivíduos, ou então do quadro dirigente (burocracia). Novamente damos o exemplo das empresas capitalistas, nas quais o

capitalista (coletivo ou individual) decide os objetivos e/ou nomeia quem irá decidir sobre eles (burocracia empresarial). Nas organizações burocráticas democráticas o processo de tomada de decisões é *aparentemente* realizado pela maioria. Isso implica dizer que a democracia é apenas uma forma de participação restrita no interior de uma organização burocrática: inexistente, concretamente, em qualquer organização da sociedade moderna, uma suposta separação entre burocracia e democracia. Um exemplo de organização burocrática democrática é o partido político, que organiza congressos, reuniões e eleições nas quais os militantes e filiados participam de modo restrito. Isso porque quem efetivamente decide e controla a organização é a burocracia partidária, que detém a posse dos meios de administração (VIANA, 2016).

Entretanto, estas distinções não são estáticas: na verdade há uma mescla entre elas quando analisamos a realidade concreta. Deste modo, podem existir as organizações burocráticas autocráticas autônomas e as organizações burocráticas autocráticas heterônomas. A empresa capitalista é uma organização burocrática autônoma, pois define o conjunto de seus objetivos a partir de um ou mais indivíduos ou pelo quadro dirigente por eles nomeado. Já um estado ditatorial é uma forma de organização burocrática heterônoma, uma vez que não define seus objetivos (reprodução das relações sociais e de produção capitalistas), embora o processo decisório esteja concentrado nas mãos da burocracia. Já as organizações burocráticas democráticas também podem ser autônomas ou heterônomas. Um sindicato é uma organização burocrática democrática autônoma, porque nele os sindicalizados votam e elegem a direção: contudo, é a burocracia sindical quem decide e controla os objetivos e rumos da organização. Já a universidade estatal se trata de uma organização burocrática democrática heterônoma: há a realização de eleições (proporcionais ou não), mas os objetivos gerais são predeterminados pelo aparato estatal (VIANA, 2016).

Antes de avançarmos para as distinções existentes no interior das organizações autárquicas, é preciso alertar para a existência de organizações burocráticas informais: estas podem ser confundidas com organizações não-burocráticas. As burocracias informais possuem uma estruturação burocrática incompleta, convivendo com características burocráticas e pré-burocráticas.

Contudo, já se baseia na relação entre dirigentes e dirigidos. Exemplo disso é uma tendência partidária que acaba por constituir um novo partido. Apenas quando consegue adquirir tais características ausentes (meios de administração, assalariamento, etc., dependendo do caso) é que ela se torna uma burocracia completa, ou seja, formal. Este raciocínio aponta para uma tendência geral no interior das organizações, dizendo respeito ao que pretendemos comprovar com nossa assimilação dos textos de Marx sobre os partidos políticos: elementos que evidenciam a tendência da passagem de organizações não-burocráticas para as organizações burocráticas (VIANA, 2015).

Também conhecidas como organizações não-burocráticas ou auto-organização, as organizações autárquicas são marginais na sociedade capitalista. Caracterizam-se pela inexistência da burocracia, ou seja, não possuem um quadro dirigente. Assim, não podem ser nem democráticas nem autocráticas, visto que seu processo decisório é coletivo. Do mesmo modo que as organizações burocráticas, as organizações autárquicas são perpassadas por distinções. A primeira delas também diz respeito aos objetivos. Dessa forma, temos a diferenciação entre organizações autárquicas heterônomas e autônomas. As primeiras não definem os seus objetivos e nem os meios de concretizá-los. Um exemplo desta forma organizacional pode ser encontrado nos conselhos de fábrica que são incentivados ou cooptados pelo estado ou empresas capitalistas. Neles, os trabalhadores sugerem e opinam sobre as condições de trabalho: quem decide os rumos, objetivos e os meios de alcance é a empresa ou o estado (VIANA, 2016).

Já as organizações autárquicas autônomas conseguem efetivamente definir seus objetivos (gerais e específicos), sem ingerências, vinculações e predeterminações: um exemplo é dos grupos de estudos independentes, nos quais o processo de tomada de decisões, estabelecimento dos objetivos e dos meios para alcançá-los é realizado a partir da participação de todos os membros. Ao citar o caso dos conselhos de fábrica formados por iniciativa exterior à luta operária, demonstra-se a possibilidade de transformação das organizações autárquicas autônomas em organizações autárquicas heterônomas (VIANA, 2016). Os processos revolucionários revelam a luta de classes em torno dos objetivos, finalidade e organização interna das

formas de organização burocrática e autárquica, bem como de suas manifestações específicas. Voltaremos a isso mais à frente, quando analisarmos as disputas no interior dos partidos políticos e sua crítica.

Outra distinção fundamental para a efetiva compreensão da dinâmica das organizações no capitalismo vem a ser o conteúdo político de seus objetivos, ou seja, os seus objetivos políticos. Conforme mencionado, no caso das organizações burocráticas, o objetivo político é a reprodução social. As organizações burocráticas são reprodutoras e visam realizar o controle para efetivar a dominação. O que lhes diferencia é a forma pela qual atinge seus objetivos: o conteúdo político de uma organização burocrática pode ser *progressista/reformista* ou *conservador*. Uma empresa capitalista que incentiva a formação de organizações autárquicas em seu seio, ou um estado democrático que implementa determinadas ‘reformas sociais’ possui um conteúdo político reformista/progressista. De outro lado, uma empresa capitalista ‘racionalizada’ ou um estado ditatorial são organizações burocráticas com conteúdo político conservador (VIANA, 2016).

Do que se depreende das distinções entre burocracia e autarquia, num primeiro momento é quase certo defender que as organizações autárquicas (em especial as autônomas, nas quais não há o controle de seus membros no que tange ao processo decisório, objetivos e critérios de decisão) têm como objetivo a transformação social. Contudo, mesmo no caso das organizações autárquicas autônomas, nada impede que sejam reprodutoras. Um grupo de evangelização, um grupo de pesquisa e extensão da universidade, quando autocentrados (ou seja, quando possui seus interesses, demandas e objetivos centrados em si mesmo, não almejando a transformação da sociedade) expressam o reformismo ou então o conservadorismo (VIANA, 2016).

É justamente a falta de um projeto autogestionário e a ausência da necessidade de sua generalização para a totalidade das relações sociais (abolindo a burocracia, a divisão social do trabalho e, por conseguinte, o capitalismo) que provoca tal equívoco. Confundir formas embrionárias de auto-organização com seu avanço, articulação e desdobramento (que só podem ser produto do desenvolvimento da autogestão das lutas operárias, ou seja, de novas relações



sociais e de produção antagônicas às existentes na sociedade capitalista) é produto de uma concepção equivocada, que ora fetichiza as formas de auto-organização ora vincula todas as organizações autárquicas com o projeto autogestionário. É a dinâmica da luta proletária que tende a fortalecer a passagem das organizações autárquicas autônomas para as organizações autárquicas autônomas revolucionárias: isso só pode se tornar uma possibilidade histórica tendo como objetivo a abolição total da sociedade capitalista, o que só pode ocorrer via autogestão generalizada. Iremos retomar esta argumentação na última parte de nosso trabalho.

Retomando a crítica à aparente transformação social constante nas organizações autárquicas, cabe destacar o exemplo das fábricas recuperadas. Aqui se trata de organizações autárquicas heterônomas: seus objetivos são determinados exteriormente, geralmente definidos por organizações burocráticas. Isso apenas reproduz a divisão social do trabalho e o conjunto das relações sociais capitalistas: nesta forma organizacional, os trabalhadores possuem o controle, mas não definem o que vão produzir, como produzir, a quantidade e para quem produzirão. Do mesmo modo, a totalidade das relações no seio da fábrica é predeterminada pela produção capitalista de mercadorias (VIANA, 2016).

No interior da sociedade capitalista subsistem de forma marginal as organizações autárquicas autônomas, também denominadas organizações revolucionárias. Historicamente produto da luta da classe proletária por sua emancipação, estas já assumiram o nome de conselhos, comitês, soviets (conselhos em russo), bem como travaram uma encarniçada luta contra as organizações burocráticas em torno de dois projetos de sociedade antagônicos. Nossa discussão sobre tais formas organizacionais será efetivada na última parte do trabalho.

Terminados os esclarecimentos conceituais relativos às organizações, encerramos este tópico. Na seção seguinte iremos realizar uma breve digressão acerca dos impactos do processo de burocratização das relações sociais no conjunto das formas organizacionais. Isto será feito tendo como fio condutor o desenvolvimento deste processo, cuja dinâmica Marx não analisou. Este fenômeno

será delineado no interior da discussão acerca dos regimes de acumulação, cuja sucessão marca a história do capitalismo.

### **Regimes de acumulação, ondas de burocratização e organizações**

Antes de iniciar nossa incursão sobre o debate em torno das reflexões de Marx sobre os partidos políticos, cumpre efetivar um breve histórico acerca do capitalismo e da origem do processo de burocratização das relações sociais, o que tornou possível a emergência das organizações burocráticas, entendidas como formas organizacionais específicas da sociedade moderna. A sociedade capitalista é uma totalidade composta pelo modo de produção (conjunto de relações sociais estabelecidas para a produção e reprodução dos bens e serviços necessários à vida humana) dominante, os modos de produção subordinados e o conjunto das formas sociais (relações sociais reais, nas quais os indivíduos criam meios materiais com o propósito de reproduzir as relações de produção dominantes, criadas pelo modo de produção dominante). As relações de produção são a determinação fundamental de um modo de produção, sendo este último o gerador das formas sociais privadas e estatais (VIANA, 2016b).

O modo de produção capitalista tem como relação de produção essencial o mais-valor. Trata-se de uma relação social de exploração, na qual a classe operária ao transformar mediante o seu trabalho as matérias-primas, com o uso de máquinas e outros instrumentos produz algo novo, acrescentando valor (quantidade de trabalho humano socialmente necessário para a produção de mercadorias, o qual é medido em tempo). Neste processo produz um excedente, um *quantum* de trabalho socialmente necessário além do salário e dos custos de produção. Este excedente é apropriado pela classe capitalista, que o reinveste de modo incessante na produção, garantindo assim a reprodução ampliada do capital a qual gera sua concentração e centralização via formação dos oligopólios. Todo o conjunto do trabalho humano dispendido na produção e fora dela é remunerado, no capitalismo, através do mais-valor. As classes improdutivas têm seu salário pago através da redistribuição do mais-valor global extorquido do proletariado. A dinâmica da luta em torno do mais-valor expressa um modo específico de produzir mercadorias, o qual engendra as duas

classes fundamentais do capitalismo: a burguesia, o conjunto dos apropriadores do mais-valor e o proletariado, conjunto dos produtores de mais-valor (MARX, 1988; VIANA, 2008).

É a partir dessa relação social que emerge um conjunto de outras classes sociais, cujas formas de organização tendem majoritariamente à reprodução das relações de produção dominantes. Do mesmo modo que a história da humanidade é a sucessão de modos de produção, a história do capitalismo é a história da sucessão dos regimes de acumulação (VIANA, 2009). Os regimes de acumulação são formas relativamente estabilizadas de um processo das lutas de classes, que cristalizam uma determinada correlação de forças marcada por três aspectos fundamentais: determinada forma assumida pelo processo de valorização (relações de trabalho que regulamentam a extração de mais-valor), determinada formação estatal e uma configuração específica das relações entre os estados capitalistas (relações internacionais). Este processo invade o conjunto das relações sociais, provocando mutações culturais e ideológicas, sobretudo reforçando a mentalidade dominante calcada na competição.

A sucessão dos regimes de acumulação produz uma sociabilidade marcada pelos processos de mercantilização e burocratização das relações sociais, ao lado da competição social: trata-se de desdobramentos da expansão das relações de produção capitalistas. O modo de produção capitalista é ao mesmo tempo expansionista e universalizante: destrói antigas relações de produção ou então as coloca sob seu domínio, transformando paulatinamente tudo em mercadoria ou mercancia<sup>3</sup>. Desse modo, tudo passa a ser medido pelo seu valor de troca: dos meios de produção e consumo aos bens e serviços privados e estatais, sendo mediados pela troca comercial (VIANA, 2008; 2013; 2016c).

Ao lado da mercantilização, desenvolve-se o processo de burocratização das relações sociais, também caracterizado por ondas que se intensificam a cada

---

<sup>3</sup> As mercadorias são produtos do trabalho humano produtivo caracterizadas por seus valores de uso (utilidade social) e valor de troca. No capitalismo, a utilidade social dos produtos do trabalho humana dá lugar à sua possibilidade de venda no mercado (conjunto das relações de distribuição capitalistas) As mercancias são bens culturais e serviços (portanto trabalho humano improdutivo) que são transformados em mercadoria, ou seja assumem a forma mercadoria (VIANA, 2016c).

mudança no regime de acumulação. Tal processo se origina na produção capitalista de mercadorias, mais especificamente na separação entre planejamento e execução do trabalho. A divisão social do trabalho se consolida no capitalismo, através da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, com a supervalorização deste último em detrimento do primeiro (MARX & ENGELS, 2004; VIANA, 2013).

O principal agente da burocratização das relações sociais é o estado, aparato privado do capital e mais forte organização burocrática, cuja função é garantir as condições necessárias para a acumulação de capital, bem como reproduzir as relações de produção dominantes: a intervenção estatal na produção, na sociedade civil (conjunto das formas sociais privadas e estatais) e nas demais esferas sociais se expande com a sucessão de ondas de burocratização. A expansão da divisão social do trabalho e a centralização do poder político produzem a ampliação, sistematização e intensificação do controle social por meio do aumento crescente de organizações burocráticas:

A burocratização tem duas fontes principais: a estatal e a sociedade civil (principalmente via mercantilização). Ela se intensifica cada vez mais com o desenvolvimento capitalista, criando o que podemos chamar de ondas de burocratização. Sinteticamente, podemos dizer que no capitalismo concorrencial há a consolidação, fortalecimento e formalização das burocracias estatais e empresariais (período que vai aproximadamente da revolução industrial até metade do século 19), constituindo a primeira onda de burocratização; no capitalismo oligopolista (período que vai aproximadamente de 1870 a 1945) temos a ampliação da burocracia estatal e empresarial e a emergência da burocracia civil, o que caracteriza a segunda onda de burocratização. No capitalismo oligopolista transnacional (cujo período aproximado é entre 1945 e 1980), ocorre a terceira onda de burocratização, na qual a burocracia invade novos setores da sociedade civil nos quais ainda era pouco presente e se fortalece o controle social. No capitalismo neoliberal, ocorre a quarta onda de burocratização, com o aparecimento de novas burocracias civis (ONGs, entre outras) e maior rigidez no controle social (VIANA, 2016b, p. 117).

Em conjunto com a mercantilização e a burocratização das relações sociais temos a emergência da competição social. Ela se origina devido ao caráter competitivo da produção capitalista de mercadorias, que surge da luta da dinâmica das classes fundamentais: a concorrência entre os capitalistas pelo mercado consumidor força a concorrência entre os trabalhadores no interior das empresas. Isso generaliza para o cotidiano, produzindo indivíduos altamente competitivos em busca de poder, status, ascensão social, etc. (VIANA, 2013). No entanto, cabe lembrar que a competição social, a mercantilização e a burocratização das relações

sociais não são estáticas. Em realidade, são marcadas por determinada correlação de forças no interior da luta de classes, sobretudo de suas classes fundamentais (burguesia e proletariado).

A cada sucessão dos regimes de acumulação fica evidente a dificuldade cada vez mais crescente de reprodução da sociedade capitalista: são os avanços e recuos da luta operária que efetivamente desestabilizam e põem em crise os regimes de acumulação. Isso manifesta um processo de enfrentamento constante, muitas das vezes ainda inconsciente e embrionário por parte do proletariado e demais classes sociais desprivilegiadas. É o avanço da luta concreta dos trabalhadores, em especial quando estes deixam de se submeter às relações de produção capitalistas, que permite a expressão de seus interesses históricos e forja o desenvolvimento da consciência revolucionária. Nisso, são criadas formas organizacionais novas, antagônicas àquelas fundadas na separação entre quem planeja e não executa e quem executa e não planeja os processos decisórios.

Tanto as organizações burocráticas quanto as organizações autárquicas são obra das classes sociais em luta. No caso específico dos partidos, sua definição não se restringe ao nome, seus discursos e/ou programas. Na realidade, a história da luta de classes revela que para uma apreensão correta acerca dos partidos políticos (antes e depois de seu processo de burocratização) alguns elementos fundamentais devem ser ressaltados. Dentre eles, podemos destacar: a) sua forma organizacional; b) a expressão política de interesses de classe e/ou frações de classe; c) os objetivos; d) a ideologia que fundamenta sua prática (VIANA, 2013). Neste sentido, nunca é demais recordar que as organizações devem ser entendidas a partir da análise de suas relações sociais concretas.

É nesta direção que a partir de agora apresentamos elementos extraídos da obra de Karl Marx acerca dessa organização, com base na reprodução de excertos dos textos onde ele se debruça sobre a dinâmica dos partidos políticos de seu tempo. O começo desta empreitada será cimentado a partir de sua crítica à burocracia que emerge no estado e nas empresas. Esta incursão nos apresentará elementos que servem de fio condutor, revelando sua correspondência com a denúncia dos interesses de classe defendidos pelos partidos políticos da época.

## O TERMO PARTIDO NO INTERIOR DO PENSAMENTO DE MARX: CRÍTICA RADICAL E DENÚNCIA DOS INTERESSES DE CLASSE

A luta proletária surgida nos locais de produção em torno do mais-valor se alastra para o conjunto da vida social, invadindo a produção intelectual, as representações e a cultura como um todo. Desse modo, são justamente os avanços e recuos expressos no combate encarniado da classe operária pela sua libertação que fornecem as condições de possibilidade para o desenvolvimento da teoria revolucionária. O marxismo é, antes de tudo, um desdobramento do enfrentamento entre as classes fundamentais do capitalismo. Foi a emergência do proletariado, sua união enquanto classe e seus primeiros embates contra a burguesia que permitiram a reflexão teórica e, conseqüentemente, sua expressão sistematizada.

Coube a Karl Marx o posto de pioneiro deste processo. Não iremos aqui fazer um apanhado geral de suas contribuições. Visando alcançar os objetivos propostos no presente trabalho, iremos nos limitar à discussão e expor fragmentos de suas obras nas quais se reflete acerca da questão organizacional, ou seja, do partido político. Inicialmente, tal procedimento será cotejado com uma brevíssima reflexão acerca dos posicionamentos de Marx relativos ao surgimento do fenômeno burocrático, pois embora ele não tenha efetivado uma teoria da burocracia (LAPASSADE, 1977) alguns de seus escritos demonstram sua crítica a essa classe social e forma organizacional (VIANA, 2015b). Conforme dito, a burocratização e mercantilização das relações sociais (que marcam a continuidade do desenvolvimento capitalista) não ocorrem sem resistência e luta por parte do proletariado e outras classes desprivilegiadas.

Todo esse processo remete para a questão das organizações e, principalmente, para as relações sociais concretas existentes no seu interior. Em virtude do aumento e da complexificação da divisão social do trabalho no capitalismo, Marx irá perceber o surgimento da burocracia (forma organizacional e classe social) no estado e nas empresas privadas (MARX, 2013; 1988). No caso das unidades de produção, a consolidação das relações de produção capitalistas traz a necessidade do surgimento de uma classe especializada (os burocratas: ele irá usar, dentre outros termos, “dirigentes” e *managers*, do inglês gerentes) como auxiliares

dos capitalistas no interior das fábricas, responsáveis pela função de controle e supervisão da força de trabalho operária:

Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-mâitres*) durante que o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva (MARX, 1988, p. 263-264).

Assim, do mesmo modo que os diretores de uma empresa efetivam o processo de controle no interior das fábricas, também existem aqueles que realizam a mesma função no seio do estado. Em 1871 na sua análise da Comuna de Paris, Marx irá perceber que o aparato estatal é produto de uma sistemática e hierárquica divisão do trabalho, não cabendo à classe operária outra alternativa que não a sua destruição. Em todo lugar, o poder centralizado do estado deveria ser destruído, sendo substituído pelo autogoverno dos produtores. Com o aprofundamento do antagonismo entre a burguesia e o proletariado, a forma estatal surge como uma força social organizada com vistas à manutenção da escravidão assalariada, um despotismo que expressa os interesses da classe dominante (MARX, 2011).

Vinte anos antes, seu escrito acerca do processo de golpe de estado que colocou Luís Bonaparte no governo francês demonstra a necessidade do controle social por parte da burguesia através do estado moderno. A consolidação da divisão do trabalho e o desenvolvimento capitalista necessitam desta forma organizacional burocrática, constituída para salvaguardar os interesses políticos e materiais da burguesia, reprimir as classes desprivilegiadas em luta, controlá-las e reproduzir as relações de produção dominantes:

Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o Poder Executivo controla um exército de funcionários que conta com mais de meio milhão de indivíduos e portanto mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde, através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitos adquire uma ubiquidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade

que só encontram paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do corpo social (...) é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os *interesses materiais* da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob a forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários. Por outro lado, seus *interesses políticos* forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente (MARX, 1978, p. 357-358).

A crítica de Marx à burocracia estatal e empresarial nascentes evidencia uma recusa de organizações cuja dinâmica se baseia na reprodução da divisão social do trabalho e tem como objetivo a reprodução social. Tal crítica seria estendida aos partidos políticos de seu tempo, especialmente ao analisar os interesses de classe e relação com o estado. Cumpre ressaltar que o contexto histórico onde Marx efetivou sua prática política, (ou seja, a correlação de forças das lutas de classes onde efetua suas produções intelectuais) data da segunda metade do século XIX, período no qual as relações de produção capitalistas estão se consolidando ao redor do globo. Nesse sentido, ele escreve e milita no início do processo de burocratização do movimento socialista, que ocorre nos seus últimos anos de vida. Marx testemunha e intervém se posicionando contrário à sua gradual burocratização (embora não use este termo): é a segunda onda de burocratização que dá origem aos partidos políticos modernos.

A consolidação das organizações burocráticas (instituições burguesas) e o fortalecimento do movimento operário (cujas primeiras formas organizacionais não se fundam na separação entre dirigentes e dirigidos: ou seja, são organizações autárquicas) foram pré-requisitos para o surgimento dos partidos políticos na Europa Ocidental, território no qual o capitalismo surge a partir da vitória das revoluções burguesas contra a sociedade feudal. A burguesia revolucionária criava um mundo à sua imagem e semelhança, superando os resquícios do feudalismo. Ao mesmo tempo, forjava e travava os primeiros embates contra seu inimigo mais encarniçado: o proletariado.

As condições de superexploração via extração de mais-valor absoluto forçam a busca da classe proletária em se autonomizar, através da defesa de seus interesses de classe com a criação de suas próprias formas organizacionais:



Em 1871, a autonomização do proletariado adquiriu seu ápice, ensaiando a primeira revolução proletária. Trata-se da experiência heroica da Comuna de Paris, onde a autogestão social tornou-se realidade e foi quando se esboçou os primeiros conselhos operários. A feroz e violenta repressão burguesa abateu-se sobre os operários parisienses e o sangue tomou as ruas, em substituição às barricadas. A burguesia aprendeu muito com a Comuna de Paris e passou a buscar a controlar a classe operária não só através da repressão e da ideologia, mas também de instituições sociais que “enquadrassem” a classe operária. (...) A nova formação estatal recuava diante do proletariado, fazia concessões, mas simultaneamente buscava retirar a eficácia delas e criar mecanismos de integração desta classe no seu processo de reprodução (VIANA, 2013, p. 34-35).

Assim, nos países da América e da África, a hegemonia do modo de produção capitalista se estende com o desenvolvimento de modos de produção subordinados (escravismo colonial). Ao mesmo tempo, na Europa Ocidental as lutas entre as classes fundamentais do capitalismo ganham contornos cada vez mais radicais. Exemplo disso é a proliferação de revoluções burguesas e consolidação dos estados nacionais, ao lado da luta operária contra a exploração. A conquista da diminuição da jornada de trabalho, somada à feroz repressão e esmagamento da Comuna de Paris marcam a passagem para o regime de acumulação intensivo. Este se caracteriza pela necessidade da classe capitalista no aumento de extração de mais-valor relativo, fundado na intensificação da capacidade produtiva do trabalho via sua organização segundo os moldes tayloristas: ademais, emerge o Estado Liberal-Democrático, que irá regularizar a democracia partidária. É neste contexto que foram postas as condições de possibilidade para a constituição dos partidos políticos como os conhecemos na contemporaneidade.

Por conseguinte, na Alemanha, devido às especificidades do modo de produção capitalista, até o período de 1860 temos a vigência da democracia censitária, que permitia o voto apenas para pessoas do sexo masculino e que fossem pertencentes às classes privilegiadas. Nesta época o termo partido estava vinculado à tomada de posição de determinado coletivo político com afinidades em torno de determinadas ideias, concepções e interesses frente às relações reais entre as classes sociais em enfrentamento, numa palavra em *causa política* (ALMEIDA, 2017).

É com a passagem para a democracia partidária<sup>4</sup>, (produto de lutas sociais e manifestação da segunda onda de burocratização), na qual a participação de indivíduos das classes desprivilegiadas nas eleições foi estendida que temos o surgimento dos partidos políticos modernos. Estes são constituídos enquanto organizações burocráticas e têm como interesse (via eleitoral ou insurrecional) a conquista do poder estatal. Por conseguinte, antes desta transição e guardadas as especificidades do desenvolvimento capitalista em cada país, na Europa Ocidental a maioria dos coletivos que dariam origem aos partidos burgueses e socialdemocratas já possuía uma burocracia informal. Em consequência dessa forma organizacional, expressavam uma perspectiva vinculada à manutenção da sociedade capitalista.

Em resposta à universalização do modo de produção capitalista o proletariado cria suas associações. Cumpre ressaltar que neste momento histórico temos a constituição do movimento operário, cuja dinâmica e composição eram marcadas por diversas orientações políticas. A fundação da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores ou I Internacional) em 1864 numa reunião pública na cidade de Londres, expressava a disputa em torno da hegemonia no seio da primeira organização criada com base na luta do proletariado<sup>5</sup>. O seu caráter autárquico é evidenciado, na medida em que

A I Internacional apresentou uma diversificação de seções e atendia às peculiaridades nacionais, regionais e locais, em consonância com o **enunciado de Marx: “A finalidade da Associação Internacional dos Trabalhadores é de combinar, generalizar e dar uniformidade aos movimentos espontâneos da classe operária, mas não dirigi-la ou impor, não importa, qualquer sistema doutrinário”** (*Manifesto da AIT aos trabalhadores*). Razão pela qual coexistiam, no seio da mesma, modelos

---

<sup>4</sup> Usamos o termo partidária ao invés de liberal-democrática, pois é nesse regime de acumulação que a representação passa a ser atribuída aos partidos políticos (VIANA, 2015b).

<sup>5</sup> Com a repressão brutal à Comuna de Paris e ao conjunto do movimento operário, a AIT é extinta no ano de 1876. Treze anos depois é fundada na França a II Internacional: surgida inicialmente como uma federação de partidos social-democratas autônomos, baseava-se num pluralismo de concepções e a partir das especificidades nacionais. Contudo, esta dinâmica permitiu com que tal organização fosse progressivamente hegemonizada pelo SPD (Partido Social-Democrata) Alemão, cujo modelo organizativo fundado na divisão entre dirigentes e dirigidos se torna a referência para todos os demais partidos (TRAGTENBERG, 1986). Ademais, os objetivos políticos passavam pelo abandono da luta revolucionária do proletariado em detrimento da aceitação da legalidade burguesa, crescimento eleitoral e ingresso no parlamento, com o objetivo de conseguir reformas e colaborar para a manutenção da sociedade capitalista. A formação, consolidação e posterior declínio da II Internacional evidencia como o processo de burocratização dos partidos políticos operários retirou o caráter revolucionário desta organização, a qual passa a se estruturar da mesma forma que as organizações capitalistas.

diversos de associações operárias (TRAGTENBERG,1986, p. 22-23, grifos nossos).

Em Marx, é possível perceber a crítica tanto às organizações anteriores (não completamente burocratizadas, sendo que no caso dos partidos operários o nome partido era usado no sentido já aludido, portanto expressando uma oposição de objetivos e projetos de sociedade no seio desta forma organizacional) quanto aos nascentes partidos políticos modernos podem ser encontrados ao longo de sua trajetória intelectual. Para efeitos didáticos, os excertos de sua obra e o roteiro de nossa exposição se darão da seguinte forma: a) crítica dos partidos burgueses; b) crítica da socialdemocracia nascente na França e na Alemanha (nesta última já temos a manifestação incipiente da burocratização, via surgimento dos primeiros partidos políticos modernos, ou seja, no fim da vida de Marx); c) concepção da relação dos comunistas com os demais partidos da época e o movimento operário, na forma de defesa das associações operárias. Tal procedimento tende a reforçar nossa tese: a crítica feita por Marx aos partidos fornece contribuições para o entendimento da passagem destas organizações de autárquicas para burocráticas, transformando de modo irreversível sua organização interna, interesses e objetivos.

Embora Marx não tenha elaborado uma teoria acerca dos partidos políticos, consideramos que desde os seus primeiros escritos está presente uma perspectiva crítica e radical desta forma organizacional. É o que pode se depreender do fragmento do artigo "Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano", escrito em agosto de 1844. Num momento de sua discussão acerca da revolta dos trabalhadores da província alemã da Silésia e as medidas tomadas pelo estado a serviço da burguesia, Marx retoma as ações parlamentares sobre o pauperismo na Inglaterra e fundamenta sua crítica aos dois maiores partidos ingleses da época, o Tory (partido conservador que reunia a aristocracia britânica) e o Whig (que arregimentava os liberais):

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é uma responsabilidade da política, o Whig considera o Tory e o Tory considera o Whig a causa do pauperismo. Segundo o Whig, o monopólio da grande propriedade fundiária e a legislação protecionista contra a importação de cereais são a fonte principal do pauperismo. Segundo o Tory, todo o mal reside no liberalismo, na concorrência, no exagerado desenvolvimento industrial. **Nenhum dos partidos encontra a causa na política em geral; ao contrário, cada um deles a encontra na política do partido adversário;**

porém ambos os partidos sequer sonham com uma reforma da sociedade (MARX, 2010, p. 48, grifos nossos).

Neste mesmo texto, temos outra amostra de como os partidos burgueses da época se digladiavam em torno de distintas concepções de estado, a ser implementadas pelo vencedor da disputa pelo poder estatal. Ao constatar que as ações do parlamento inglês contra o pauperismo se traduziam em decisões administrativas de cunho assistencialista, não atingindo a essência do estado e da sociedade capitalista, Marx percebe o reforço realizado pelos partidos na luta pela conquista e manutenção do aparato estatal, o que desviava as atenções para a luta fundamental contra o capitalismo, “a vida desumanizada” (MARX, 2010). Em suas palavras, temos que,

**Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado.** Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma ou outra forma de Estado (MARX, 2010, p. 58-59, grifos nossos).

Escrita no começo dos anos 50 do século retrasado, O 18 Brumário de Luís Bonaparte é um trabalho onde Marx oferece valiosas contribuições à análise da dinâmica político-institucional no capitalismo. Na obra, composta pela reunião dos textos relativos ao processo que culminou no golpe de estado, é possível extrair que todas as disputas no seio da política burguesa são expressão das lutas entre as classes sociais auxiliares da classe dominante e suas respectivas frações de classe. Aqui, Marx consegue demonstrar os reais interesses da classe dominante e suas auxiliares, ao partir das relações sociais concretas para analisar as disputas pela conquista/manutenção do poder no seio dos partidos políticos. Também reforça a necessidade de destruição da máquina estatal e da urgência da classe operária em se organizar de modo independente e contrário ao das organizações cujo objetivo é conquistar e manter o poder de estado.

Ademais, nossa interpretação de Marx desta obra remete a contradição existente entre a imagem que os partidos possuem de si e as efetivas ações de seus dirigentes: estes tendem a dissimular seus reais interesses (poder, *status*, condição de classe auxiliar da burguesia), ao mesmo tempo em que afirmam interesses falsos, como a defesa de falsos interesses, os quais escamoteiam as relações de produção capitalistas. O objetivo comum é o mesmo: garantir as condições necessárias para a

acumulação de capital e a reprodução das relações sociais dominantes. Ao analisar a disputa entre os orleanistas e os legitimistas (os dois mais expressivos partidos da burguesia francesa, chamados por Marx de duas facções do partido da ordem, que congregava as distintas tendências monarquistas em disputa pelo poder estatal) ele assim se posiciona:

**Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época. (...) O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real – quem o nega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. Embora orleanistas e legitimistas, embora cada facção se esforçasse por convencer-se e convencer os outros de que o que as separava era sua lealdade às duas casas reais, os fatos provaram mais tarde que o que impedia a união de ambas era mais a divergência de seus interesses. **E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade** (MARX, 1978, p. 348-349, grifos nossos).**

Ainda em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* é possível extrair suas primeiras críticas à social-democracia francesa, surgida em 1849. Na França, a gênese deste partido consistiu numa aliança entre frações da pequena burguesia e da classe operária, visando combater as coalizões dos partidos burgueses. Em virtude de perceber seus interesses de classe ameaçados, a partir da possibilidade de um golpe de estado que viesse a colocar por terra as garantias democráticas das revoluções burguesas de 1848, a pequena burguesia francesa ao mesmo tempo reconquistava prestígio no interior do estado, através de sua facção parlamentar conhecida como A Montanha. O partido social-democrata emerge a partir de uma grande política de colaboração de classe:

Foi elaborado um programa comum, organizados comitês eleitorais comuns e lançados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a firma puramente política das

reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a *social-democracia*. A nova Montanha, resultado dessa combinação, continha, além de alguns figurantes retirados da classe operária e de alguns socialistas sectários, os mesmo elementos da velha Montanha, mas mais fortes numericamente. Em verdade, ela tinha se modificado no curso de seu desenvolvimento, com a classe que representava. **O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar este objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia** (MARX, 1978, p. 350, grifos nossos).

A crítica efetivada por Marx à social-democracia alemã é produzida já no contexto de início da burocratização dos partidos políticos. Na Alemanha, a partir do fim da AIT a influência das concepções de Ferdinand Lassalle torna-se hegemônica. Nascido em 1825 e falecido em 1864, Lassalle foi um jurista e filósofo hegeliano. Suas ideias exerceram forte influência no movimento socialista alemão, em especial na segunda metade do século 19. As teses por ele elaboradas iam ao encontro do chamado “socialismo de estado” da época. Elas tiveram ressonância e reuniram diversos partidários, conhecidos como lassallianos.

Os lassallianos possuíam expressão política nas cidades de Leipzig e Berlim, além de participarem da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Lassalle entendia que o aparato estatal se configurava como uma instituição acima das relações de classe: como algo que pairava sobre a sociedade. Desse modo, o estado se convertia num instrumento metafísico, indispensável na busca da justiça e da realização do socialismo. Sua concepção de socialismo passava pela conquista do estado capitalista, através de medidas reformistas e ingresso no parlamento; tudo isso respeitando a legalidade burguesa, as organizações burocráticas e copiando sua forma organizacional (ALMEIDA, 2017).

No ano de 1863, Lassalle e seus partidários fundam a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, uma organização que já buscava possuir um caráter de partido político moderno. A Associação Geral dos Trabalhadores era uma das maiores organizações burocráticas informais do movimento socialista alemão de então. Ela se manteve atuante até 1875: no mesmo ano, no Congresso realizado na cidade de Gotha, ela se unifica com o outro grande partido deste país, o Partido Social-

Democrata dos Trabalhadores. Este último havia sido fundado por August Bebel e Wilhelm Liebknecht, em Eisenach, no ano de 1869. Deste processo surge o Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha, o SAPD, o qual em 1890 muda de nome e programa, passando a se chamar Partido Social-Democrata Alemão, ou simplesmente SPD. Marx participou muito pouco do recém-fundado SAPD: apoiava-o de modo restrito, exercendo muito mais um papel de crítico das concepções problemáticas e não-proletárias que aos poucos se tornaram hegemonia dentro do partido (ALMEIDA, 2017).

A crítica de Marx à social-democracia alemã<sup>6</sup> pode ser mais bem observada na carta intitulada *O Manifesto dos Três de Zurique*, escrita em 1879. Neste material, uma circular dirigida aos principais dirigentes do partido social-democrata alemão, Marx se insurge contra o conteúdo do texto “Retrospectivas do movimento socialista na Alemanha”, produzido por três representantes deste partido: Karl Höchberg, Eduard Bernstein e Karl August Schramm, membros da comissão do SPD em Zurique. Marx efetiva uma impiedosa denúncia do caráter não-proletário e pequeno-burguês deste documento, que sintetizava as posições lassallistas nesta organização. Segundo Marx, o socialismo pretendido por Lassalle e seus correligionários foi concebido como um movimento democrático-burguês e filantrópico (MARX, 2014).

Em decorrência disso, é possível perceber o progressivo abandono da perspectiva proletária e revolucionária. A postura reformista e burguesa é visível no documento, que aponta para a incapacidade de autoemancipação do proletariado: ele deve confiar tal tarefa aos intelectuais e dirigentes do partido, numa união com os membros das classes privilegiadas à custa de uma postura autodeterminada e em antagonismo às relações de produção capitalistas. Podemos destacar os seguintes eixos da crítica, os quais estão intimamente relacionados: a) o caráter de classe não-proletário da socialdemocracia; b) discussão sobre a relação entre intelectuais e

---

<sup>6</sup> Uma crítica de Marx mais dirigida às concepções estatistas e burguesas da social-democracia pode ser também conferida na Crítica ao Programa de Gotha. Além disso, há a seção III do Manifesto Comunista, intitulada Literatura Socialista e Comunista, onde Marx se dedica a criticar as concepções socialistas vigentes na Europa, as quais apresentavam um caráter de classe não-proletário, não apontando para a necessidade de transformação revolucionária da sociedade capitalista (MARX & ENGELS, 2001).

elementos de cultura, visando expressar a perspectiva do proletariado; c) retomada da ênfase na luta de classes, com o objetivo da autoemancipação proletária. Neste último tópico, Marx refuta de modo antecipado e “profético” o kautskismo-leninismo, fundado na ideologia do partido de vanguarda.

Antes de iniciar nossa análise, surge a necessidade de explicar o porquê do uso do termo acima (kautskismo-leninismo). Abriremos um parêntese histórico visando explicitar a deformação operada pelos dois principais ideólogos da burocracia às contribuições fornecidas por Marx, o primeiro teórico revolucionário de nosso tempo. Usamos a referida expressão para delimitar uma divergência de perspectiva: isso aponta para valores, sentimentos, interesses e mentalidade antagônicos, bem como para projetos de sociedade inconciliáveis. Para tanto, delinearíamos de forma brevíssima os postulados ideológicos de Lênin e Kautsky.

A concepção de partido originalmente elaborada por Karl Kautsky, principal representante do centro da Social-Democracia alemã e desenvolvida por Lênin, maior ideólogo e dirigente do bolchevismo, na obra *Que Fazer?*, escrita em 1902 possui três fundamentos essenciais: a) a classe operária é incapaz de aceder à consciência revolucionária, limitando-se a uma consciência sindical; b) a ideologia da vanguarda; c) o centralismo democrático (LÊNIN, 1978; MAIA, 2010; GUILLERM e BOURDET, 1976). Tais teses são complementares e se reforçam mutuamente, não podendo ser entendidas em separado: a práxis do partido socialdemocrata alemão e do partido bolchevique na Rússia (após a vitória das teses de Lênin no II Congresso do POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo) se deram tendo como fundamentos estes princípios.

A incapacidade do desenvolvimento da consciência revolucionária no proletariado se fundamenta no pressuposto segundo o qual a classe operária por sua própria conta alcançaria no máximo uma consciência *trade-unionista*. Ou seja, os operários até conseguiriam ter clareza e noção de sua exploração cotidiana nos locais de produção, mas jamais conseguiriam se autoemancipar. De acordo com Kautsky e Lênin, era inteiramente falso o pressuposto de que a consciência socialista do proletariado poderia se desenvolver em seu processo de auto-organização.



O complemento desta pretensa incapacidade de auto-organização da classe proletária é a ideologia da vanguarda. Segundo esta ideologia<sup>7</sup> (criada por Kautsky e aprimorada por Lênin) os intelectuais burgueses seriam portadores da ciência socialista: Kautsky e Lênin entendiam que o socialismo e a luta de classes tinham pontos de partida distintos. Caberia aos intelectuais organizados num partido, a partir de uma disciplina férrea a tarefa de “comunicar” e “introduzir” aos operários os postulados do socialismo científico, com vistas à conquista do poder estatal. Segundo Lênin, tal organização deveria ser composta por “revolucionários profissionais” (LÊNIN, 1978).

Já o centralismo democrático é um termo cunhado por Lênin a partir de um raciocínio exposto por Kautsky. Alain Guillerme e Yvon Bourdet explicam de forma pormenorizada o modo pelo qual o líder bolchevique se apropriou da assertiva do dirigente mais destacado da social-democracia alemã, evidenciando mais este aspecto de continuidade e desenvolvimento das teses kautskistas por parte do ideólogo da burocracia radicalizada bolchevique:

Mas foi ainda a Karl Kautsky que Lênin tomou de empréstimo não a expressão “centralismo democrático”, mas a teoria que a fundamenta, e cujo tema principal consistiu em que “democracia não é anarquia” [esta expressão aparece no artigo *Eleitorado e Partido*, escrito por Kautsky e publicado em 1904, no número 28 da Revista *Neue Zeit*, órgão de imprensa da social-democracia alemã; Lênin cita tal passagem no texto *Um passo em frente, dois passos atrás* – RV]. Kautsky contestou, com efeito, às seções locais o direito de escolher candidatos nas eleições legislativas nacionais; pois, assim fazendo, uma minoria impor a sua vontade à totalidade do partido. Semelhante autonomia local não seria democrática, já que a democracia está fundada na lei da maioria. Como se vê, o argumento é bastante sutil, e mesmo cauteloso, pois justifica a criação de candidatos (eventualmente “paraquedistas”) pelo Comitê Central. Kautsky pretende reconhecer que semelhante forma de designação tem qualquer coisa de “burocrática” e não respeita o princípio democrático, o qual exige “que toda atividade política se exerça, por iniciativa das massas, da base para a cúpula”; mas a designação de deputados lhe parecia uma coisa importante para o conjunto do partido, que não pode estar confiado a uma seção local. Decerto, a solução consistiria em fazer com que os candidatos fossem

---

<sup>7</sup> A ideologia é uma forma sistematizada de falsa consciência, uma inversão da realidade. Seu surgimento está diretamente relacionado com a emergência da divisão social do trabalho e das sociedades de classes. O aparecimento destas últimas constitui modos de vida e interesses antagônicos no seu interior: assim, a classe dominante necessita da produção de formas de pensamento complexo que expresse os seus interesses num determinado momento históricos, apresentando-os como universais, ou seja, válidos e correspondentes a todas as classes sociais. Os primeiros ideólogos foram os padres. Com a consolidação do capitalismo, os intelectuais se tornam os especialistas na produção e reprodução de ideologias. Marx divide-os em ideólogos ativos (os produtores das ideologias) e passivos, seus meros reprodutores (MARX & ENGELS, 2004).

eleitos por voto direto por todos os membros do partido; mas como, por motivos técnicos, tal operação lhe parecesse impraticável, “é inútil queixar-se de falta de democratismo”. Considerando-se que as escolhas dos candidatos são feitas por dirigentes eleitos pela maioria, essas decisões seriam democráticas. A teoria de Kautsky é bem acolhida por Lênin; ela lhe permite pretender um centro autoritário de decisão pode existir sem questionar a democracia e, mais ainda, preservando a democracia de sua perversão anárquica. Mas, a partir daí, não se vê bem qual seja, ao menos no intervalo dos congressos, o limite da autoridade do centro de decisão (GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 73-74).

As consequências trágicas e inevitáveis do centralismo burocrático de Lênin se manifestaram com toda a sua nitidez após o processo de contrarrevolução burocrática<sup>8</sup> na Rússia. Com a vitória dos bolcheviques e o esmagamento dos soviets, esta tática foi erigida em princípio organizativo da III Internacional, criada em março de 1919 pelo PCUS (Partido Comunista da União Soviética) no II Congresso do *Comintern*. Nesta ocasião, temos o processo de bolchevização dos partidos comunistas: as diretrizes emanadas por Moscou deveriam ser seguidas à risca por todos os partidos existentes na organização, independente da correlação de forças e da especificidade da luta de classes em cada território. Lênin redigiu e supervisionou todo o processo de elaboração das 21 condições de adesão à III Internacional, onde se lê, na décima segunda destas:

Os partidos filiados à Internacional Comunista devem ser organizados segundo o princípio do centralismo democrático. No atual período de guerra civil encarniçada, **um Partido Comunista só poderá cumprir seu dever se for organizado da maneira mais centralizada possível, se nele predominar uma disciplina férrea que beire a militar e se seu órgão central gozar de forte autoridade, de amplos poderes e da confiança unânime da militância** (*apud* RODRIGUES, 1976, p. 30, grifos nossos).

Por último, é certo que o kautskismo-leninismo cristaliza a relação fundamental no interior de uma organização burocrática: a cisão entre dirigentes e dirigidos. Este tipo de relação tem por fundamento a separação entre quem planeja e não executa determinada atividade e quem simplesmente executa e não planeja determinada atividade. Há uma predeterminação no que tange tanto aos meios como aos fins, no caso do processo de luta revolucionária. A divisão social do trabalho é um dos princípios da práxis dos partidos socialdemocrata e bolchevique. Lênin radicaliza e leva às últimas consequências os estratagemas kautskistas, culminando com a

---

<sup>8</sup> Existe uma ampla bibliografia a respeito do golpe de estado que culminou com a vitória da contrarrevolução e a instauração do capitalismo de estado na ex-URSS. A este respeito, indicamos como introdução os trabalhos de (TRAGTENBERG, 1988); (PANNEKOEK, 2007; 2010); (GOMBIM, 1972) e (BRINTON, 1975).

elaboração de uma gigantesca organização burocrática internacional, submetida ao centralismo democrático. Na III Internacional temos a consolidação de um conjunto de organizações partidárias cujo interesse não passa mais pela transformação da sociedade capitalista e sim pela defesa de uma variante desta: o capitalismo estatal.

Ademais, a ideologia do partido de vanguarda é antimarxista. Ela se baseia na ruptura com um dos postulados básicos da teoria da consciência elaborada por Marx: a unidade entre ser e consciência. A consciência só pode ser o ser consciente. Quem é o ser consciente? Ora, a resposta é o ser social, seu processo real e histórico de vida. O segundo ponto é negar que o proletariado (o qual devido à posição ocupada nas relações de produção capitalistas está preso em cadeias radicais; quando esta situação é posta em xeque o proletariado manifesta sua potencialidade revolucionária, sendo que sua autoemancipação significa a libertação da humanidade inteira) em seu processo de luta cria formas organizacionais que combatem as relações de produção burguesas e simultaneamente são o embrião de novas e superiores relações sociais. Ao relegar para a burocracia aquartelada no partido político sua luta pela autoemancipação, temos o elogio da alienação: assim, a luta proletária é controlada por outra classe social, a burocracia partidária, havendo a fixação de meios e fins antagônicos à necessidade de constituição de novas formas organizacionais, as quais rompem com a relação entre dirigentes e dirigidos, fundamento da organização burocrática.

Numa palavra, a ideologia da vanguarda não concebe a classe operária de outra forma que não empiricamente, ou seja, determinada: sua concepção de tomada do poder cristaliza o proletariado como uma classe condenada a se submeter às relações de produção burguesas. Neste sentido, a divisão do trabalho entre dirigentes e dirigidos se consolida após o processo de tomada do poder de estado: no caso russo, a nascente burguesia estatal tratou logo de estatizar, domesticar e impor seu domínio aos soviets, organizações autárquicas revolucionárias produzidas pelos operários e soldados. A nomeação dos antigos burgueses como técnicos e assessores nas fábricas, a implantação do taylorismo e da militarização do trabalho, bem como o esmagamento das revoltas de Kronstadt e da Ucrânia, além da proibição de oposições dentro e fora do partido evidenciam o que o jovem Trotsky (à

época antibolchevique e que após o golpe de estado que consolida a contrarrevolução burocrática torna-se comandante do exército vermelho) nomeou como tese do substitucionismo: na luta de classes, a classe operária é substituída pelo partido e sua organização; no interior desta, a tomada de decisões é efetivada pelo comitê central; por último, dentro do comitê central o monopólio do processo decisório é do secretário geral, convertido num ditador único. A ideologia da vanguarda e o centralismo democrático substituem a lógica do movimento da classe proletária pela lógica burocrática do partido político (TROTSKY, s/d).

Fechados os parênteses de natureza histórica e de perspectiva de classe, voltemos ao mote de nosso trabalho. No que tange ao primeiro e segundo tópicos (caráter de classe não-proletário da socialdemocracia; relação entre intelectuais e elementos culturais) Marx observa que os redatores do documento partidário defendem a necessidade de disputar eleições, integrando-se à lógica da democracia burguesa. Tal processo seria realizado numa união com membros das classes privilegiadas, em detrimento de uma “unilateralidade” (o que remete à recusa da luta operária por sua autonomização, expressando seus interesses de classe imediatos e históricos). A partir disso, com a propaganda e ingresso ao partido de membros que não partissem da perspectiva revolucionária e nem fossem oriundos das classes desprivilegiadas, conseguir-se-iam “sucessos tangíveis”.

Assim, a necessidade de aproximação ao proletariado é substituída pela urgência numa enérgica propaganda junto das “camadas superiores da sociedade”: isso porque o partido não tinha muita representação no *Reichstag*, o parlamento alemão. Ademais, os Três de Zurique defendem que os artesãos e operários não reúnem os requisitos para tal missão: não seriam suficientemente capazes de defender as posições então levantadas pela direção do SPD. O que se tem é a busca por uma concepção que agregue “todos os homens imbuídos de verdadeiro amor pelos homens”, através do desembaraço das grosseiras paixões proletárias: sob a direção de burgueses cultos e praticantes da filantropia, os dirigentes do partido aprenderiam o “bom tom” e cultivariam o “bom gosto”. As “maneiras maltrapilhas” dos antigos dirigentes da organização dariam lugar às muito “honradas e respeitáveis” maneiras burguesas.

Marx percebe que os membros do partido que efetivam tal defesa são eles mesmos ocupantes de altos cargos. Tal postura (no mínimo contraditória) dos dirigentes seria incompatível com a existência de um partido operário. Desse modo, caso haja a manutenção de seus dirigentes no postos de comando e em aliança com as classes privilegiadas, o partido estaria traindo a si mesmo. Marx assevera que na realidade tais dirigentes estão travando uma luta no interior do partido, visando combater o caráter proletário da organização. Nesse ponto é possível perceber uma crítica à necessidade de um grupo dirigente, exterior à própria luta proletária. A história do movimento operário é marcada pela dinâmica do desenvolvimento de seu processo de auto-organização, solo no qual brotam simultaneamente formas organizacionais que combatem as relações de produção burguesas e prefiguram a sociedade autogerida. Neste sentido, Marx identifica que para os representantes de Zurique,

**Em suma, a classe operária é incapaz, por si própria, de se libertar. Para isso tem de se pôr sob a direção de burgueses “cultos e possidentes” que, só eles, têm “oportunidade e tempo” para se familiarizarem com o que aproveita aos operários.** E, em segundo lugar, guardemo-nos de combater a burguesia, mas tratemos de ganhá-la — através de enérgica propaganda. Se, porém, se quer ganhar as camadas superiores da sociedade ou simplesmente os seus elementos bem intencionados, devemos nos resguardar para não assustá-los (MARX, 2014, p. 223, grifos nossos).

A recusa do caráter proletário da organização se explicita ainda mais quando se afirma que o partido deve tomar o caminho da legalidade, ou seja, das reformas. Agora, a luta pela revolução (tida como “sangrenta”) não faria mais parte do rol de inclinações do partido, que deve concentrar suas forças no aumento do eleitorado. Esse conjunto de medidas, como Marx bem percebe, tem por finalidade anular a luta de classes contra a burguesia. Dessa forma, “todos os homens independentes” iriam caminhar ao lado do proletariado, sem temer mal algum: na realidade, o verdadeiro prejudicado com essa política de colaboração de classes é a própria classe proletária. O caráter não-proletário do novo programa é evidente, expressando interesses de classe antagônicos aos da classe revolucionária:

São os representantes da pequena burguesia que se anunciam, cheios de medo de que o proletariado, compelido pela sua situação revolucionária, possa “ir demasiado longe”. **Ao invés de oposição política decidida – mediação geral; ao invés de luta contra o governo e a burguesia – a tentativa de ganhá-los e de persuadi-los; ao invés de resistência obstinada contra os maus tratos de cima – submissão humilde e admissão de que se tinha merecido o castigo. Todos os conflitos historicamente necessários**

**são interpretados de forma deturpada como mal-entendidos e toda a discussão termina com o protesto: afinal, no fundamental, estamos todos unidos.** As pessoas que (...) apareceram como democratas burgueses, podem agora do mesmo modo chamar-se a si próprias socialdemocratas. Tal como, para elas, a derrocada do capitalismo é algo para um futuro inalcançável e não tem, portanto, absolutamente nenhuma significação para a prática política do presente. É possível mediar, fazer compromissos, praticar a filantropia, o quanto quiser. É o mesmo para a luta de classes entre proletariado e burguesia. É reconhecida no papel, porque já não se pode negá-la. Na prática, porém, é mascarada, apagada, amortecida (MARX, 2014, p. 226, grifos nossos).

A relação entre intelectuais e luta cultural é efetivada por Marx a partir de dois pressupostos. Em primeiro lugar, se os intelectuais quiserem realmente ser úteis ao movimento proletário, devem juntar-se a ele e trazer-lhe elementos de cultura reais. Aqui ele desfere seu arsenal crítico-revolucionário aos dirigentes socialdemocratas, recém-convertidos defensores dos burgueses da Alemanha. Em especial aos redatores dos jornais reformistas (*Die Zukunft* [O Futuro] e *Die Neue Gessellschaft* [A Nova Sociedade], respectivamente) que tentavam impor sua linha política ao partido. Com relação ao conteúdo das publicações destes periódicos, a atualidade da denúncia efetivada por Marx revela uma análise que parece ter sido feita no começo do século XXI:

**Há lá uma falta absoluta de material de cultura real, efetivo ou teórico. Ao invés disso, realizam tentativas para pôr o pensamento socialista superficialmente apropriado em consonância com os pontos de vista teóricos mais diversos que os senhores trouxeram consigo da Universidade ou de qualquer outro lugar e sendo que um é ainda mais confuso do que o outro, graças ao processo de putrefação em que se encontram os restos da filosofia alemã nos dias de hoje.** Ao invés de, para começar, estudarem eles próprios fundamentadamente a nova ciência, cada um prefere aproximá-la dos pontos de vista que trouxeram consigo, fazer dela uma ciência privada própria sem nenhuma hesitação e aparece mesmo com a pretensão de a querer ensinar. Por isso, entre estes senhores existem tantos pontos de vista quanto número de cabeças; ao invés de trazerem clareza seja lá ao que for, apenas estabeleceram uma grave confusão – felizmente, quase só conhecida entre eles próprios. O partido pode muito bem passar sem semelhantes elementos de cultura, cujo primeiro princípio é ensinar o que ainda não aprenderam (MARX, 2014, p. 227-228, grifos nossos).

O segundo momento da crítica desferida por Marx ao debate entre intelectuais e os elementos de cultura que podem fornecer ao movimento operário se relaciona com o compromisso com a verdade. Se indivíduos de outras classes (Marx é um exemplo do que elenca) se aliam ao proletariado, devem libertar-se de todos os preconceitos burgueses e pequeno-burgueses. Nesse sentido, precisam se apropriar de modo franco e honesto da perspectiva proletária. Ele percebe nos Três

de Zurique a total hegemonia da mentalidade e consciência burguesas, dominados que estão por representações que expressam a perspectiva da classe dominante. Estes militantes podem até (em alguma medida) ser tolerados: contudo, não se deve permitir-lhes influenciar sobre os rumos do partido. De outro modo, a ruptura torna-se inevitável.

Por fim, a recusa desta política contrarrevolucionária é coroada com o resgate da determinação fundamental da luta de classes proletária: a necessidade de constituir formas de auto-organização tendo como base um projeto revolucionário de sociedade, que solape o conjunto das relações sociais burguesas e inaugure enfim a história da humanidade,

No que nos diz respeito, com todo o nosso passado, só nos resta um caminho a seguir. Há quase 40 anos colocamos em primeiro plano a luta de classes como motor da história e, especialmente, a luta de classes entre burguesia e proletariado, como a grande alavanca da revolução social moderna. É-nos impossível, portanto, caminharmos junto com pessoas que querem suprimir esta luta de classes do movimento. **Quando fundamos a Internacional formulamos em termos claros seu grito de guerra: “a libertação da classe operária será obra da própria classe operária”. Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatro cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que só a partir de cima eles podem ser libertados, pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses** (MARX, 2014, p. 229, grifos nossos).

O último elemento de nossa análise acerca das considerações relativas à dinâmica dos partidos políticos em Marx diz respeito às relações entre os comunistas e o movimento operário, com a consequente defesa da associação. Com relação ao primeiro tema, cumpre recordar que ao entrarem na Liga dos Justos, em fins de 1847, Marx e Engels se depararam com uma organização autárquica que ainda não tinha um programa teórico definido, nem conceitos adequados à necessidade de explicação das condições materiais do proletariado, fundadas em relações de exploração e dominação. Na Liga dos Justos, as posições então defendidas apelavam para sentimentos e fraseologias sobre a fraternidade humana: deste modo, toda referência à luta de classes era vaga e em certa medida produto da incapacidade teórica de seus fundadores. Com a vitória das posições defendidas por Marx e Engels, a Liga dos Justos se transforma em Liga dos Comunistas. A mudança já se expressa no novo lema: Proletários de todos o mundo, uni-vos!

No *Manifesto Comunista de 1848* (documento no qual se estabelecem as posições políticas e princípios organizativos da Liga dos Comunistas), Marx e Engels<sup>9</sup> sintetizam a relação que os comunistas devem estabelecer com o conjunto da classe proletária:

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido à parte entre os outros partidos operários. **Seus interesses não são distintos dos interesses do conjunto do proletariado. Não estabelecem princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento proletário. (...) As concepções teóricas dos comunistas não repousam, de forma alguma, em ideias, em princípios inventados por este ou por aquele reformador do mundo.** São apenas a expressão geral das relações efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante de nossos olhos (MARX & ENGELS, 2001, p. 46-47, grifos nossos)

Este fragmento expressa de forma precisa que os revolucionários têm como objetivo último contribuir para o processo de organização do proletariado em sua luta direta contra a classe capitalista. Seus interesses são os mesmos que os do proletariado revolucionário: a autolibertação dessa classe, sinônimo de autoemancipação humana. Para concretizar isso, os comunistas devem contribuir com a elaboração de estratégias que antecipem e acelerem a constituição de novas formas organizacionais. Estas últimas devem recusar a divisão social do trabalho, cuja máxima expressão é a burocracia. Ademais, partindo da luta de classes e do resgate das organizações criadas pelo proletariado visando sua autoemancipação, evidencia-se que somente deste modo esta classe tende a expressar seus verdadeiros interesses. Longe de manifestar uma concepção alicerçada na ideologia da vanguarda, Marx concebe a consciência revolucionária nascida da luta proletária, onde os trabalhadores produtivos forjam novas organizações nas quais deixam de estar submetidos às relações de produção burguesas. Ao mesmo tempo, este processo de luta expressa o embrião de novas relações sociais, que tem como um de seus fundamentos a superação e negação completa da relação entre dirigentes e dirigidos.

---

<sup>9</sup> Com relação à Friedrich Engels, é importante ressaltar que a concepção dele acerca do partido político acabou se transformando ao longo da sua trajetória intelectual e militante. Com a burocratização da socialdemocracia, consolidada a partir da criação do SPD em 1890, Engels irá paulatinamente defender o crescimento eleitoral e a conquista de cargos no interior do aparato estatal: inclusive nega a necessidade de destruição violenta das relações de produção e sociais capitalistas, optando pela via pacífica em alguns territórios. A este respeito cf. (ALMEIDA, 2017).



Um exemplo disso foi percebido por Marx. Trata-se da constituição das associações operárias, também chamadas de coalizões: surgidas para combater a concorrência, visando sua supressão e substituição pela união dos operários, as associações causaram espanto aos economistas políticos, ávidos defensores da manutenção das relações de produção burguesas. Marx via nas associações o instrumento criado pelos trabalhadores em luta: ao mesmo tempo em que cumpriam a função de unificar a classe operária, preparavam o caminho para a abolição de todos os antagonismos de classe da sociedade burguesa (MARX, 2008; 2014b).

Isso porque as associações surgiam a partir de reivindicações imediatas (vinculadas à necessidade de melhores condições de trabalho) forjadas nas greves, com vistas ao aumento de salários. Com o avanço da luta, a necessidade passa a tomar a forma de supressão do salariedade e do fim das relações de produção burguesas via transformação revolucionária. Claude Berger, comentando texto de Marx sobre as associações, percebe no movimento histórico dos operários a possibilidade real de passagem dos interesses imediatos para os interesses históricos da classe revolucionária no capitalismo. Parte-se da aparência para a essência, numa dinâmica que tende a extrapolar a totalidade das relações sociais burguesas visando a sua destruição:

*A luta reivindicativa é a aparência. Se a luta fica na aparência, não tem outro remédio que fracassar diante da “necessidade das coisas”. Esta luta é ilusória no que se refere ao seu resultado real, já que este reinsere os trabalhadores na ordem do salariedade, se bem que o que lhe concede toda sua importância é a realidade nova que inaugura: é a supressão da competição, é a recomposição da existência, é o fim da atomização dos trabalhadores verdadeiramente realizados por meio da associação. Esta realidade nova e essencial da greve proporciona uma alegria é em si mesma preparação da derrocada de toda a antiga sociedade (BERGER, 2014, p. 233).*

Todavia, a verdadeira unificação da classe operária só é possível a partir do questionamento radical da produção de mais-valor, relação de produção que caracteriza o modo de produção capitalista. Assim, é fundamental ir para além das conquistas salariais e de condições de trabalho nas quais a exploração ainda subsiste. A necessidade gira em torno da percepção segundo a qual a hierarquização dos salários mantém a divisão e concorrência entre os trabalhadores produtivos, obstaculizando a passagem para a consciência revolucionária e impedindo o seu efetivo desenvolvimento. A classe proletária se constitui a partir das relações de

produção capitalistas, produto do desenvolvimento e consolidação da divisão social do trabalho. Isso se deu historicamente no processo de desenvolvimento do capital industrial, fração do capital produtivo.

É com o surgimento da grande indústria moderna que grandes contingentes de indivíduos são reunidos na condição de proletários. Submetidos a extenuantes e desumanas jornadas de trabalho, é na luta por questões pontuais que desenvolvem seus interesses de classe (históricos e imediatos), criando suas associações e coalizões. Em *A Miséria da Filosofia* (1847), obra na qual Marx refuta ponto por ponto o texto de Proudhon *Filosofia da Miséria*, temos uma passagem onde fica evidenciado como a luta por questões pontuais pode se transformar (via associações ou coalizões criadas pelos operários para defesa de melhores condições de trabalho e aumento salarial) numa luta aberta, na qual as classes fundamentais do capitalismo travam um combate explícito. Desta forma, a busca pelo fim da concorrência entre os trabalhadores é a condição para a expressão de seu verdadeiro caráter de classe, revolucionário. O enfrentamento direto com o capital na forma de associações e coalizões serve como ponto de partida para uma batalha futura, na qual o objetivo real (o fim da sociedade de classes através da instauração da autogestão social) se coloca no horizonte:

Foi sob a forma de coalizões que ocorreram sempre as primeiras tentativas dos trabalhadores para se *associarem*. A grande indústria acumula em um local uma multidão de pessoas que não se conhecem umas às outras. A concorrência divide os seus interesses. A manutenção do salário, porém, esse interesse comum que eles têm contra seu mestre, reúne-as em um mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. Desse modo, a coalizão teve sempre um duplo objetivo, o de extinguir entre eles a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro fim da resistência é a manutenção dos salários, na medida em que os capitalistas, por sua vez, se reúnem em um pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, formam grupos e diante do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se, para eles, mais necessária que a do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses estão totalmente espantados de ver os operários sacrificarem uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos dos economistas, são criadas em defesa do salário. Nessa luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegados a esse ponto, a associação assume um caráter político. As condições econômicas tinham primeiramente transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum de interesses comuns. Assim, essa massa já constitui uma classe em relação ao capital, porém não para ela mesma. Na luta da qual assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, constitui-se em classe por si própria. Os interesses que ela defende tornam-se seus

interesses de classe. A luta, porém, entre classe e classe é uma luta política (MARX, 2008, p. 190).

O desenvolvimento das associações aponta para o essencial, que é abolir a divisão capitalista do trabalho fundada na separação entre dirigentes e dirigidos, ou seja, uma forma organizacional burocrática. Ela surge dos locais de produção de mercadorias, onde a extração do mais-valor é complementada pelo fomento da competição no seio do proletariado, impedindo o desenvolvimento da consciência de seus interesses de classe. Ademais, a luta pelos salários deve ceder lugar à luta pelo fim dos salários, o que expressa uma transformação radical no interior das relações de produção. É isso que marca a tendência de passagem do proletariado de classe determinada pela relação-capital (relação social de exploração) para classe autodeterminada, expressando o interesse último que é o fim da sociedade de classes. Nessa lógica, nos ancoramos nas palavras de Maurício Tragtenberg, as quais fornecem valiosas contribuições para o entendimento do raciocínio de Marx:

Marx descobre que a associação nascida no processo das lutas, continuando após seu término – sempre passageiro -, representa a perspectiva revolucionária que leva à ruptura das formas burguesas de trabalho assalariado. A ruptura não é algo para ser deixado para um futuro remoto, mas inicia-se dentro da própria associação. A associação constitui o espaço da luta operária contra a burguesia, daí a importância de se manter esse movimento como real e autônomo. Ele provoca a crise das instituições dominantes e do salariedade, defrontando-se com o Estado capitalista ou com o “Estado socialista”, nova denominação do capitalismo de Estado. Uma luta da classe operária inicia-se em razão de interesses imediatos, desdobrando-se, em seguida, numa luta revolucionária de desenvolvimento da associação no sentido de uma sociedade sem classes. (...) O embrião de uma associação emerge do processo de luta de classes e, depois, dá lugar à constituição de uma associação operária de luta e de existência comum, sem hierarquia e sem dirigentes ou dirigidos. Terminada a luta, a associação tem continuidade, reunindo-se às outras associações existentes. Esse processo realiza uma socialização proletária do poder, da vida e do trabalho. Opõe-se à “socialização” capitalista, realizada a partir das cúpulas dirigentes, centralizadora e alienante do trabalhador dos processos decisórios. Assim, para Marx desenvolver a associação – tenha ela esse nome ou comissão de fábrica, comitê de greve, conselho operário – é fazer da luta através da associação uma luta para a associação (TRAGTENBERG, 1986, p. 11-12).

Procuramos no presente tópico demonstrar como é possível extrair dos trabalhos de Marx uma crítica dos partidos políticos. Este processo se deu num momento histórico específico, marcado pela transição para os partidos políticos modernos, cuja burocracia se consolida. Tal crítica versa sobretudo acerca do caráter de classe destas organizações. Como já afirmamos, no caso dos partidos burgueses e

social-democratas, a burocratização formal se consolida com a segunda onda de burocratização.

Já os partidos operários se transformam paulatinamente em organizações fundadas na cisão entre dirigentes e dirigidos: os escritos de Marx lançam luzes para perceber como a metamorfose organizacional é acompanhada da mudança na expressão política dos interesses de classe dos partidos. Em consequência, esta transformação deve ser complementada por ideologias que justifiquem a perspectiva de classe adotada por seus dirigentes, que agora fazem parte de uma classe social auxiliar da burguesia.

Com maior precisão conceitual, podemos afirmar que quando Marx se refere aos representantes da pequena-burguesia (em especial na sua crítica aos partidos social-democratas) o que se tinha na verdade era o surgimento progressivo da burocracia partidária, fração da classe burocrática que controla e dirige o processo de tomada de decisões, fixação dos objetivos e controle sobre os demais membros da organização.

Outrossim, evidenciamos como a postura de denúncia efetivada por Marx às organizações partidárias é complementada pela necessidade de contribuir para a autonomização da classe operária, elaborando estratégias que contribuam para a constituição de novas formas organizacionais, antagônicas às dominantes na sociedade moderna. Com base na sua defesa das associações, temos que é fundamental superar a auto-organização como um fim em si mesmo: tendo como recurso a experiência concreta da luta de classes operária, depreende-se que somente sua generalização tende a combater efetivamente a divisão social do trabalho e a totalidade das relações sociais capitalistas.

Nesse sentido, cumpre finalizar o presente artigo aduzindo algumas reflexões sobre a irreversibilidade do processo de burocratização dos partidos políticos, aliada à urgência da luta pela constituição de organizações autárquicas autônomas revolucionárias. Com relação às últimas, é fundamental diferencia-las das organizações autárquicas que não possuem como horizonte um projeto de transformação radical da sociedade capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VITÓRIA DA BUROCRATIZAÇÃO DOS PARTIDOS E A NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Longe de esgotar a discussão acerca dos tópicos e argumentos aqui expostos, finalizaremos o presente trabalho com algumas considerações acerca da burocratização dos partidos políticos e da necessidade de constituir e fomentar a criação de organizações revolucionárias. Deste modo, não iremos aqui reconstituir as formas organizacionais que expressam o princípio da autogestão operária (os conselhos operários, comissões de fábrica, comitês de greve, etc.) que historicamente surgem das greves selvagens e tendem a unificar os interesses do proletariado em sua luta contra a burguesia e suas classes auxiliares, combatendo radicalmente as relações de produção burguesas e ao mesmo tempo forjando o embrião da sociedade autogerida<sup>10</sup>. Limitar-nos-emos ao cotejo de algumas considerações sobre as organizações dos revolucionários, doravante chamadas organizações autárquicas autônomas revolucionárias ou simplesmente organizações revolucionárias. Antes, porém, cumpre explicitar nossas últimas considerações acerca da relação entre Karl Marx e os partidos políticos de seu tempo.

Marx efetivou uma análise dos partidos políticos na qual o processo de burocratização ainda incipiente não fornecia as condições de possibilidade suficientes para sentenciar a essência concernente às relações sociais concretas existentes no seio desta organização. Contudo, nossa seleção e discussão dos textos aqui apresentados revela uma crítica do caráter de classe então assumido pelos partidos operários em vias de burocratizar-se: de expressão política dos interesses do proletariado na forma de autarquias, a forma organizacional partidária passa a expressar os interesses de classe da nascente burocracia partidária, fração da classe auxiliar da burguesia.

Por conseguinte, exigir de Marx uma palavra final sobre os partidos políticos é negar o contexto histórico no qual sua produção intelectual foi realizada. Contudo, sua posição de crítica aos partidos burgueses e social-democratas, aliada à denúncia da passagem da social-democracia alemã de combatente à defensora da

---

<sup>10</sup> Para tanto, indicamos a obra de Anton Pannekoek, o teórico dos conselhos operários (PANNEKOEK, 2007).

democracia burguesa (o que remete para a defesa da sociedade capitalista) revela que embora o processo de burocratização não estivesse completo e formalizado, as práticas concretas de seus dirigentes já apontavam para a necessidade de uma justificativa ideológica, a qual dissimula o conservadorismo e o compromisso agora assumido com a manutenção da sociedade burguesa. É por isso que nesta seção final iremos além de suas palavras, devido à necessidade de atualização teórica e reforço da perspectiva revolucionária, que expressam a fidelidade aos pressupostos do materialismo histórico-dialético.

Com a consolidação da democracia partidária, a derrota da primeira experiência revolucionária do proletariado e a legalização de suas organizações criadas no calor da luta, a emergência da II e depois da III Internacional deixam nítidos que a burocratização dos partidos políticos é um processo consolidado e irreversível<sup>11</sup>. Deste modo, emergem no interior da sociedade capitalista os partidos políticos de esquerda (social-democratas e bolcheviques). Eles apontam em seus discursos a necessidade de luta pelo socialismo e o fim da propriedade privada dos meios de produção. Participam de eleições (com o pretexto de usar da política institucional como “tribuna revolucionária”) e em seus programas e aparições públicas se apresentam como autênticos defensores da emancipação humana.

Contudo, em realidade estamos diante de organizações burocráticas *pretensamente* ‘revolucionárias’: isso porque por mais que tenham como objetivo declarado a revolução, no interior da organização assistimos a um processo de reprodução do capitalismo. Por serem organizações burocráticas, os partidos políticos de esquerda reproduzem e complexificam a relação entre dirigentes e dirigidos: o aumento da organização acarreta a necessidade de arregimentar ainda mais especialistas (que devem trabalhar nos órgãos de imprensa, no setor jurídico,

---

<sup>11</sup> A este respeito, as obras de Robert Michels (1982) e Adam Przeworski (1989), as quais tomam por base a social-democracia europeia, dão mostras do processo de lutas e da vitória da burocratização dos partidos políticos, o qual atinge o movimento socialista em cheio. Os partidos políticos modernos são organizações burocráticas que almejam a conquista do poder estatal através da ideologia da representação, na qual simulam expressar determinados interesses (que no caso dos ditos partidos de esquerda seria representar o “povo” ou a “classe trabalhadora”) e dissimulam seus próprios interesses. Além disso, os partidos políticos são expressão política de uma classe ou de frações de classe: os partidos bolcheviques expressam os interesses da fração mais inferior da burocracia, que radicaliza suas concepções. Já os partidos social-democratas fundam sua estratégia com vistas à tomada do estado pela via legal-institucional, democrático-burguesa (VIANA, 2013).

na produção da propaganda, etc.) consolidando e ampliando a divisão social do trabalho. Os partidos de esquerda são um estado em miniatura: visam conquistar o poder estatal, mantendo assim intactas as relações de produção burguesas. Embora aparentem representar os trabalhadores, os interesses de classe da burocracia partidária (a classe que efetivamente controla e dirige a organização) são próprios: caminham no sentido de sua autonomização enquanto fração de classe, aspirando tornar-se uma nova classe dominante.

Nesse sentido, a única diferença entre os bolcheviques e os social-democratas reside na forma de luta pela conquista e manutenção do estado: ao passo que os primeiros defendem a via legal e eleitoral, os segundos são partidários da via insurrecional e golpista (VIANA, 2013). A vitória da contrarrevolução na Rússia e a consolidação do poder bolchevique aludidas anteriormente evidencia a metamorfose da burocracia partidária em burguesia de estado. Ao mesmo tempo em que explora o proletariado na forma de apropriação do mais-valor, realiza a gestão do aparelho privado do capital: o estado, maior organização burocrática e principal forma de regularização das relações sociais capitalistas.

Diante da irreversibilidade da burocratização dos partidos políticos, em que medida tem sentido falar em organizações revolucionárias? A história do movimento operário é a história da constituição de suas organizações<sup>12</sup>. Isso implica dizer que embora haja a tendência dominante de serem cooptadas e integradas à dinâmica do capital, tanto a classe proletária quanto os revolucionários seguem em luta, buscando constituir organizações que não se fundem na relação entre dirigentes e dirigidos e simultaneamente contribuam com o processo de luta pela autoemancipação operária. Assim, a organização revolucionária deve travar um combate incessante e encarnizado contra as organizações burocráticas (tais como os partidos políticos) que agem no interior da luta visando dirigir, controlar e castrar o potencial revolucionário do movimento operário. Diferentemente das organizações burocráticas, as organizações revolucionárias não devem colocar como prioridade o crescimento organizacional: isso significa o abandono do caráter revolucionário, pois

---

<sup>12</sup> Sobre a relação entre organização revolucionária e teoria marxista, que engloba as mais expressivas reflexões teóricas no interior do marxismo e a luta contra sua deformação por parte de organizações burocráticas, conferir (VIANA, 2014).

a quantidade de membros passa a ser o objetivo principal da organização, abrindo as portas para a tendência à burocratização (VIANA, 2014).

Ademais, sua relação com o movimento operário deve ser não de direção, mas de contribuição efetiva: através da luta cultural, a organização revolucionária deve propagandear a articulação entre meios e fins, relacionando as lutas específicas e imediatas do proletariado e demais classes desprivilegiadas com o objetivo último da organização e do movimento operário (a instauração da autogestão social). Os objetivos da organização revolucionária são os mesmos que o do proletariado enquanto classe autodeterminada, ou seja, quando o proletariado enquanto classe se confronta diretamente com a totalidade das relações sociais capitalistas, pondo como horizonte a sua destruição e a conseqüente instauração de uma sociedade autogerida. Diante disso, os esforços da organização revolucionária devem ser envidados no sentido de acelerar e antecipar o processo de autonomização da classe operária, expresso na constituição de organizações autárquicas. Exatamente por ser a expressão política do proletariado revolucionário, a organização revolucionária tem como razão de existência auxiliar a classe proletária na ultrapassagem das reivindicações imediatas, restritas às relações de produção capitalistas:

Em síntese, a organização revolucionária é expressão política do proletariado como classe autodeterminada. Sendo expressão política, e entendendo-se por política toda e qualquer manifestação da luta de classes, então é expressão teórica, cultural, dessa classe. E a luta ocorre em todos os lugares da sociedade burguesa, no plano cultural, nas lutas cotidianas nas fábricas, nas empresas, no espaço urbano, no campo, nas instituições burguesas, etc. e se realiza sob diversas formas, desde a propaganda generalizada, passando pela produção teórica, até chegar à presença física em manifestações e ações coletivas, e isso depende do contexto, da situação geral, da capacidade, força e número de integrantes da organização, etc. Obviamente que sendo uma organização revolucionária a participação nos movimentos sociais, movimento grevista, lutas sociais em geral, não é apenas de “presença física” ou “apoio verbal”, o que pode ou não ocorrer, mas ocorrendo deve ser algo mais, deve ser na perspectiva do proletariado (revolucionário). Logo, não se trata de participação por participação, presença física para satisfazer a cobrança ou se defender da crítica de vanguardistas e ativistas e sim de ação revolucionária refletida e organizada, pois o compromisso é com a emancipação humana e revolução proletária e não com outros grupos e indivíduos (VIANA, 2014, p. 61-62).

A função da organização revolucionária, seu vínculo com o proletariado e sua inserção na luta de classe como um todo se dão, no que tange ao combate contra as organizações burocráticas, tendo como eixo articulador dois processos



indissociáveis: a) a luta contra o vanguardismo e contra o reboquismo; b) a necessidade de passagem das lutas espontâneas do proletariado para as lutas autônomas e por último, para as lutas autogestionárias. Passemos ao primeiro destes. O vanguardismo é uma concepção burocrática de origem leninista, calcada na necessidade de existência de um partido dirigente, o qual deve conquistar o poder de estado. Para tanto, surge a necessidade da produção da ideologia da vanguarda, fundada no combate intransigente à espontaneidade do movimento operário. Nada deve fugir ao controle da burocracia partidária: seu principal objetivo consiste na manutenção do proletariado enquanto classe submetida às relações sociais e de produção capitalistas. Dito de outro modo, as intervenções vanguardistas são um esforço para conservar o conjunto dos proletários nos estreitos limites de uma classe determinada pelo capital (VIANA, 2014).

O reboquismo é uma concepção que mistifica o processo revolucionário e o real entendimento do proletariado. Partindo da inevitabilidade da emergência de uma sociedade sem classes, o reboquismo fica preso a um entendimento segundo o qual toda e qualquer movimentação da classe proletária (independente do contexto e da correlação de forças da luta de classes, dos interesses de classe manifestos, etc.) deve ser seguida.

Assim, a luta é entendida como um fim em si mesma: bastaria seguir o proletariado ou outras manifestações das classes desprivilegiadas, num processo de supervalorização da prática em detrimento da reflexão teórica e estratégia revolucionária, que estaríamos caminhando a passos largos rumo ao comunismo. Se o vanguardismo combate toda e qualquer forma espontânea da luta proletária e demais classes subalternas, o reboquismo se deleita com tais lutas: incapaz de apreender a necessidade de passagem do proletariado de classe determinada para classe autodeterminada (o que pressupõe um fim último, articulado com o projeto autogestionário), tais concepções ficam a reboque do proletariado empírico, bem como das lutas sociais que não apontam para uma ruptura total com o conjunto da sociedade burguesa. O reboquismo cumpre um papel análogo ao vanguardismo: as mudanças vistas são meramente formais, apontando para um objetivo que também

não dá conta de contribuir com o avanço da auto-organização do proletariado e seus potenciais aliados (VIANA, 2014).

Neste sentido, a organização revolucionária combate tanto as concepções vanguardistas (fundada na cristalização da forma organizacional burocrática, ou seja, na naturalização da divisão social do trabalho e da relação entre dirigentes e dirigidos) quanto as concepções reboquistas (que em realidade perfazem uma concepção idílica do proletariado e de sua luta, seja negando a possibilidade de transformação radical e se conformando às reformas legais no interior do capitalismo, seja não compreendendo a historicidade e a dinâmica concreta das tendências e possibilidade da luta de classes).

Com relação ao segundo processo, vinculado diretamente à dinâmica da luta operária, a organização revolucionária deve valorizar e reconhecer a importância do fator espontaneidade no interior do movimento proletário. Karl Jensen coloca, na forma de tendências<sup>13</sup>, três estágios das lutas proletárias, os quais se reproduzem para todas as classes e grupos sociais oprimidos no capitalismo. O primeiro deles, manifesto nas lutas espontâneas, surge no cotidiano do capitalismo, na forma de ações irrefletidas e individuais (operação tartaruga, absenteísmo, furto ou quebra de instrumentos de trabalho, etc.) que manifestam uma recusa prática do indivíduo proletário às relações de produção capitalistas. Aqui falta o elemento discursivo, o que manifesta os limites de uma ação constestatória desprovida de consciência revolucionária.

As lutas autônomas, por seu lado, representam um forte avanço em relação às lutas espontâneas: marcam uma recusa consciente e articulada do capital e das burocracias, na forma de piquetes, reuniões e greves contra a burocracia dos partidos e sindicatos. A recusa da burocracia é um elemento fundamental das lutas autônomas: sua derrota (efetivada pela burguesia ou pelos burocratas) significa o

---

<sup>13</sup> Ou seja, não se trata de etapismos ou de uma inevitabilidade das sociedades humanas. São em realidade movimentos originários de processos sociais que podem ou não se materializar. Tais tendências são produto da ação de classes sociais em luta, cuja concretização depende do contexto da luta de classes, sua correlação de forças, relação com a dinâmica da sociedade como um todo, etc. A luta de classes é instável e aberta, sujeita a avanços e recuos: deste modo, dependendo do caso concreto existe a possibilidade de passagem das lutas espontâneas para as lutas autogestionárias, bem como o descenso ou mesmo a estagnação em algum destes estágios, o que manifesta as contratendências.

retorno à normalidade capitalista. Já a sua vitória marca a passagem para as lutas autogestionárias, nas quais há o desenvolvimento da consciência revolucionária:

O último estágio é o das lutas operárias autogestionárias. Aqui se revela uma luta que garante a recusa do capital e da burocracia e a afirmação da autogestão. O proletariado não só recusa o domínio do capital e da burocracia, mas também assume a direção revolucionária da fábrica e da sociedade. Aqui não só se realiza uma ação revolucionária como também se manifesta uma consciência revolucionária. Esta consciência significa não somente a compreensão do processo de exploração capitalista, da burocracia enquanto forma de dominação, mas também da necessidade de constituição de uma nova sociedade, autogerida. A recusa do capital e da burocracia vem acompanhada pela associação coletiva que passa a autogerir as relações de trabalho e o conjunto das relações sociais. O combate ao capital e ao estado é acompanhado da consciência de que eles devem ser destruídos e que em seu lugar somente a autogestão pode garantir novas relações sociais, igualitárias. Nasce a consciência de um objetivo: a revolução social, o que pressupõe uma visão da totalidade das relações sociais e da articulação do movimento operário no sentido de generalizar o processo autogestionário. É imprescindível a percepção disto, pois o comunismo, tal como colocou Marx, não surge da mesma forma que o capitalismo, através do desenvolvimento da propriedade, e sim do domínio consciente dos seres humanos sobre sua vida social, ou seja, sem consciência revolucionária não é possível uma sociedade autogerida (JENSEN, 2001, p. 25).

Assim, é função das organizações revolucionárias contribuir com o avanço da luta proletária expresso nas lutas autogestionárias. Sua emergência marca um período de guerra civil aberta, no qual a auto-organização do proletariado e demais classes e grupos sociais desprivilegiados avançam no sentido de autogestão de suas lutas, colocando em xeque a sociedade capitalista como um todo, na forma de seu combate radical e esboço de uma nova e superior sociabilidade. Isso é produto tanto da superação das concepções contrarrevolucionárias (vanguardismo e reboquismo) quanto da adesão ao projeto autogestionário. A auto-organização deve avançar, articulando-se à necessidade de constituição de novas e superiores relações sociais. Do contrário, temos ou o arrefecimento da tentativa revolucionária (cooptada pelo capital e suas classes auxiliares) ou a vitória da contrarrevolução, a qual dá seguimento às relações de exploração e dominação de classe.

Aqui chegamos num ponto de tensão: as diferenças entre as organizações revolucionárias e as organizações autogeridas. As primeiras se constituem como organizações autárquicas autônomas, apontando para a transformação social radical ao divulgarem e lutarem pelo projeto autogestionário. Contudo, seu objetivo é determinado pelas relações sociais capitalistas (a necessidade de financiamento, a

recusa do capitalismo, diferenças individuais) o que a impede de ser autogerida (VIANA, 2014).

Obviamente que isso não compromete seu caráter autogestionário, presente no objetivo final e fundamental que é a autogestão social: esta só pode ser entendida como uma totalidade de relações sociais que inaugura um novo e superior modo de produção e formas sociais correspondentes, nas quais a produção e reprodução da vida material se fundam nas necessidades humanas autênticas, cuja generalização é fundamental para superar o capital e a burocracia. Neste sentido, as organizações autogeridas são uma forma superior e mais bem desenvolvida de organizações autárquicas (conselhos operários, avanço e consolidação da luta proletária e sua autonomização, deixando de se submeter ao conjunto das relações de produção burguesas) cuja generalização abole a divisão social do trabalho e, por conseguinte, a relação entre dirigentes e dirigidos junto com a necessidade de um quadro dirigente.

A autogestão social é uma relação de produção, não se limitando a mera forma de gestão nas empresas: sua articulação e expansão para todos os aspectos da vida em sociedade são resultado da autogestão das lutas pelo proletariado e demais classes e grupos desprivilegiados. A sociedade autogerida se constitui a partir de um processo simultâneo de abolição e afirmação: a destruição das relações sociais capitalistas dá lugar à constituição de novas e superiores relações sociais, fundadas na divisão temporal do trabalho e realizadas pelos produtores livremente associados. As organizações burocráticas (tais como os partidos) têm horror à autogestão social. Isso significaria o fim de sua razão de existência, fundada no controle, poder de mando e direção que cristaliza a divisão social do trabalho entre dirigentes e dirigidos. Por outro lado, as organizações autárquicas precisam se munir de um projeto de superação revolucionária do capitalismo, o qual só pode ser a autogestão generalizada.

A luta em torno da manutenção da sociedade capitalista ou sua destruição se intensifica com a emergência do regime de acumulação integral. Longe de efetivar concessões e cair em fetiches por esta ou aquela forma de organização, cabe aos revolucionários fortalecer a única tendência realmente eficaz contra a barbárie

capitalista. Parafraseando Marx, com a vitória da autogestão social a humanidade não tem nada senão seus grilhões a perder: pelo contrário, com a inauguração da verdadeira história humana, temos um mundo a ganhar!

## Referências

ALMEIDA, Matheus. *A concepção de Marx sobre o estado e suas deformações*. Revista Enfrentamento, Ano 12, n. 21, jan./jul. 2017. Disponível em <http://www.enfrentamento.net/enf21.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

BERGER, Claude. *Marx e as associações operárias*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, n. 01, jan./jul. 2014. Disponível em <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/19berger1> Acesso em 21 de janeiro de 2018.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

GOMBIM, Richard. *As Origens do Esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: Uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

JENSEN, Karl. *A luta operária e os limites do "autonomismo"*. Revista Ruptura, Ano 8, n, 07, p. 24-31, Agosto de 2001.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LÊNIN, Vladimir. *Que Fazer?* 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas (MG): Virtual Books, 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. *O Capital Volume I*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*. 2ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

\_\_\_\_\_. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social"*. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *As Associações Operárias*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, n. 01, jan./jul. 2014. Disponível em <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/18marx1> Acesso em 23 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. *O Manifesto dos Três de Zurique*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, n. 02, jul./dez. 2014. Disponível em <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/22marx2> Acesso em 22 de janeiro de 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista 1848*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo*. 7ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: EdUNB, 1982.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *O que é Burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

\_\_\_\_\_. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. *Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 02, n. 03, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. *Marx e a Burocracia*. Revista Plurais Virtual, v. 5, n. 1 e 2, jan/dez 2015. Disponível em <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/5728> Acesso em 25 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. *Organizações: Reprodução ou Transformação Social?* Revista Espaço Livre. Vol. 11, n. 21, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/440/391>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Que são Partidos Políticos?* Brasília: Editora Kiron, 2013.

\_\_\_\_\_. *A Questão da Organização Revolucionária*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

\_\_\_\_\_. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

\_\_\_\_\_. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016b.

\_\_\_\_\_. *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: Ar Ed, 2016c.

TROTSKY, León. *Nuestras Tareas Políticas*. Edita Germinal. Disponível em <http://grupgerminal.org/?q=system/files/NuestrastareasTrotsky1904.pdf> Acesso em 24 de janeiro de 2018.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volumes 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.